



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 19

Sessão Extraordinária de Julho

Reunião de 14-07-2010

Aos catorze dias do mês de Julho de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Anabela de Almeida Saraiva, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Júlio de Campos Soares, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:
Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves (chegou às 21:00 horas), Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, João Francisco Carvalho de Sousa (chegou às 21:40 horas), José Manuel Gaspar Martins (chegou às 20:45 horas) e Marília Fernanda Correia Martins (chegou às 20:45 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Paulo Alexandre Florentino Marques, Anabela Almeida Saraiva, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura António Manuel dos Santos Salavessa e Sandra Filipe Seça Neves Saraiva Maricato, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e Maria Romana Alves

Macedo Fragateiro da Cunha, se fizeram substituir nesta reunião, por Firmino Marques Ferreira e Júlio de Campos Soares, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa ⁰²

PONTO ÚNICO – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO NA SOCIEDADE PCI.

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 01/07/2010, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰³

“Muito boa-noite Senhor Presidente, senhores deputados. Na reunião de Câmara do passado dia 01 de Julho de 2010, foi deliberado por unanimidade aprovar a adesão do Município de Aveiro à sociedade anónima “Parque da Ciência e Inovação, SA” na qualidade de accionista subscrevendo 187.500 euros, que correspondem a 2,5% da totalidade do capital e a 1.875 acções, tendo sido aprovados também os respectivos estatutos e o Acordo Parassocial.

O Parque da Ciência e Inovação surge de uma aposta liderada pela Universidade de Aveiro e partilhada por várias entidades públicas e privadas, e vai materializar um importante investimento de 35 milhões de euros que tem assim garantido um apoio do QREN no valor de 15,5 milhões de euros (contributo fundamental para a sua concretização) no âmbito do contrato de financiamento assinado a 15 de Dezembro de 2009 entre a Universidade de Aveiro e o Programa Operacional da Região Centro.

A localização física dos seus 35 hectares, marcam a contiguidade física do Parque da Ciência e Inovação (PCI) com o Campus Universitário da UA, condição que a Universidade de Aveiro entendeu de importância estratégica essencial para o sucesso da candidatura ao QREN e para o sucesso do seu funcionamento em integração formal e funcional com as estruturas existentes, otimizando-as.

Esta característica de localização do PCI em contiguidade física e em articulação funcional com o Campus Universitário confere-lhe um carácter único a nível nacional a esta nova estrutura de ciência e tecnologia, promotora de investigação e desenvolvimento da Universidade e das empresas. Foi um longo processo onde o Município de Aveiro, desde cedo se assumiu como um parceiro activo na criação do Parque de Ciência e Inovação na região do Baixo Vouga e em particular com esta localização.

O PCI integra-se na estratégia de desenvolvimento regional definida no Plano Territorial de Desenvolvimento para a Região de Aveiro, sendo um importante e activo elemento de execução dessa estratégia. A gestão do PCI far-se-á em estreita ligação à gestão das incubadoras (Pólos da Incubadora da UA) e das Áreas de Acolhimento Empresarial dos onze Municípios.

O PCI vai atrair empresas de dimensão internacional, proporcionando às nossas empresas parcerias internacionais e por essa via oportunidades de acesso a novos mercados, sendo também um elemento de projecção internacional da região, prevendo-se a criação de 250 novas empresas, e cerca de 5.000 novos postos de trabalho qualificado, constituindo também uma oportunidade de valorização dos recursos endógenos da região e de aumento da procura económica e cultural da Região de Aveiro.

O PCI incluirá ainda o Pólo Tecnológico das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica, o Pólo Tecnológico da Energia e o Pólo Tecnológico do Agro-Industrial, além do Cluster do Habitat e o Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar.

Como achei que para melhorar a comunicação quero chamar a atenção para este PowerPoint, para uma melhor percepção daquilo que estamos a falar.

Dizer que este é um Parque de Ciência que se caracteriza por ser um Parque de Terceira Geração. É Parque que vai incluir um Pólo de Ciência Investigação e Desenvolvimento, um Pólo de Experimentação e um Pólo Empresarial – características que fazem dele ser de terceira geração.

Pretende-se que o Parque seja de facto a interligação das áreas de acolhimento dos 11 municípios da Região do Baixo Vouga, mas também aproveitar aqui o facto da Universidade ter uma Escola entre Douro e Vouga e também articular com essas áreas de acolhimento empresarial.

Quanto às competências, estes são os pólos de competitividade dos clusters nomeadamente, da energia, o agro-industrial, as tecnologias, o mar, e materiais. Foram estes que a Universidade em colaboração com os vários municípios entendem que são aqueles que inicialmente devem ser as apostas estratégicas deste Parque de Ciência e que estão também interligados com as fontes de financiamento a nível Central.

Este é o modelo de funcionamento dos pólos que onde podem ver há uma interligação com os diferentes clusters, interligando áreas multidisciplinares, sendo estas as diferentes capacidades que temos.

O Plano de financiamento é aprovado no programa Mais Centro. As fontes de financiamento serão apenas de 44% provenientes do FEDER, completando-se com o financiamento de capitais próprios dos diferentes intervenientes que vão entrar e também com empréstimos de médio longo prazo que serão depois amortizados pela sociedade anónima.

Isto passará pela necessidade de aquisição de terrenos e mesmo da infra-estruturação do próprio Parque, a construção dos edifícios, etc. ligado a cada um dos sectores.

Outra questão que gostava de mostrar é de facto a distribuição do capital pelas várias entidades. O município de Aveiro a nível de autarquia, estabelecemos que haveria uma ligação com a CIRA, para se demonstrar que de facto este é um pólo regional e portanto obtermos essa colaboração.

No slide seguinte mostra que se pretende que sejam sempre entidades sem fins lucrativos, isto é, a ligação entre as instituições públicas, universidade e autarquias e os parceiros institucionais como a INOVARIA, ANJE, AIDA e APA e a Portus Park que é uma empresa de capitais públicos especializada neste tipo de gestão de parques.

Desde que este processo seja aprovado, nos próximos anos iremos para uma fase de aquisição de terrenos, uma vez que a elaboração dos projectos já vem sendo feita e em 2011 iremos ter a iniciação da infra-estruturação do Parque de Ciência e Inovação. Fico à disposição para quaisquer questões.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁴

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵

“Senhor Presidente, Senhores deputados municipais. Da parte do PCP os estatutos do PCI parem-nos de facto ideias positivas. Somos favoráveis à criação deste projecto e julgamos que os seus estatutos não têm assim nada de salientar. Naturalmente haveria alguns aspectos que poderíamos melhor, acrescentar, mas não vale a pena estarmos com grandes elaborações aqui.

Da nossa parte entendemos que a ideia é generosa. Portanto a ideia de promover a investigação científica, tecnológica, são portanto factores que em nosso entender são decisivos e importantes para a época em que vivemos e portanto para o desenvolvimento de qualquer sociedade e qualquer região.

Entendemos que, enfim, os parceiros são os possíveis e é um facto que a Universidade de Aveiro terá aqui um papel decisivo no desenvolvimento e no trabalho do Parque de Ciência e Inovação.

Acrescentaria apenas duas ou três notas muito breves. Na apresentação feita, cremos que os números apresentados e em relação às expectativas de criação de emprego talvez porventura sejam um pouco excessivas — mas esperamos estar errados e esperamos que a previsão apresentada seja a correcta. Nós no PCP continuamos a acreditar no desenvolvimento histórico das forças produtivas como elemento de transformação da sociedade e motor de desenvolvimento, mas nada a dizer aqui de especial. Pensamos que os artigos terceiro e quarto são as mais importantes e sumariamente estamos de acordo com eles.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶

“Em primeiro lugar gostava de dizer em nome do Bloco de Esquerda que achamos que a ideia original do Parque de Ciência e Inovação é bem-vinda. É bem-vinda por tudo aquilo que representa. Estou a falar da ideia original.

No entanto, aqui há algumas reservas que gostaria de referir e de transformar em perguntas que gostaria fossem respondidas.

Diz a proposta do gabinete de desenvolvimento económico e fundos estruturais da câmara municipal de Aveiro que se “teve em consideração a importância estratégica para o desenvolvimento económico e social deste projecto”!? É desta importância estratégica e social do projecto que eu gostava de me referir. Porque do que estamos a tratar aqui é de colocar dinheiro público num projecto onde também estão empresas privadas. Grupo Visabeira, Martifer, Civilria, várias – são sempre as mesmas!

Há em nossa opinião que garantir que investimento público terá de facto um retorno público também. Na nossa opinião este acordo Parassocial não é um garante desse retorno público. Ou seja, não há bem um paralelismo entre progresso tecnológico e científico e progresso social.

Sabemos que a ciência e tecnologia não podem criar um fim social só por si (isto foi dito por Einstein) o que a ciência pode fornecer são meios para atingir determinados fins. Portanto é à política que compete esse fim do progresso social.

Mas passemos a factos concretos do acordo Parassocial. Por exemplo o acordo diz na cláusula segunda que o capital social será detido durante o período mínimo de dez anos, numa proporção nunca inferior a cinquenta por cento, por entidades que não prossigam fins lucrativos.

Isto quer dizer o quê? Quer dizer que a Câmara aceitou integrar uma parceria com dinheiros públicos e que em dez anos podem deixar de o ser! É uma pergunta que gostava de ver respondida.

Na nossa opinião o progresso tecnológico e científico resultante deste projecto deve ser utilizado numa base democrática e pública. Por exemplo perguntar se a Câmara pode garantir que as patentes que advenham deste projecto sejam desde logo usadas no domínio público e não num regime de exclusividade comercial pelos accionistas privados? Perguntamos também porque há demasiada predominância por parte da universidade de Aveiro nomeadamente no conselho de administração? O acordo diz também que para determinadas matérias necessita de voto favorável da universidade!? Finalmente gostava também de perguntar quais são os direitos preferenciais dos accionistas e quais são as suas vantagens? Isto para garantir que esta parceria não será também uma forma apenas de os privados diminuir alguns dos seus custos de operação. Tenho dito. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰⁷

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁸

“Querida começar por felicitar a Câmara Municipal de Aveiro e o seu executivo pela oportunidade de participação no PCI, pela oportunidade que é criada em consequência desta adesão (esperamos todos nós). Estamos a falar da oportunidade de futuros contactos de troca recíproca de informação conhecimento através da participação de empresas e de entidade que estão aqui mencionadas nacionais e em consequência dessa participação também internacionais – ou seja a mais-valia que se pode adquirir com esta experiência.

Querida para já rebater as afirmações do representante do bloco de esquerda pelo seguinte: No que diz respeito àquilo que dizem ser o desenvolvimento económico e social do projecto, portanto relativamente à questão, é obvio que o desenvolvimento económico e o desenvolvimento tecnológico vai proporcionar uma melhoria social. Se temos um progresso científico, se temos inovação, temos em consequência a criação de oportunidades tecnológicas que vão que vão permitir a criação de empresas, a participação de pessoas que até se calhar não tiveram a oportunidade de participar. Teremos em consequência a criação de novos postos de trabalho. Teremos a oportunidade dada a pessoas que com a sua participação e o seu conhecimento adquirido ao longo dos anos através da passagem pelas universidades, terão essas pessoas oportunidades para demonstrar as suas capacidades, para demonstrar e partilhar ideias, teorias, e levar em consequência ao progresso.

É por isso que eu felicito esta Câmara, felicito a Universidade de Aveiro, e está aqui um exemplo como Aveiro Câmara e Aveiro Universidade cada vez mais devem estar de mãos unidas para bem do concelho. Se a criação de novos postos de trabalho tendo em consideração tudo o que disse trouxe uma melhor vida às pessoas, estamos a trazer obviamente melhor condição social às pessoas. Tenho dito.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁹

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁰

“Senhor Presidente, apenas para dizer que este é um processo extremamente importante. É talvez o investimento que se faz mais importante na nossa região nos últimos anos — é um investimento de futuro.

Parabéns à Universidade de Aveiro, parabéns à Câmara de Ílhavo, e também, por que não, à Câmara de Aveiro — embora seja uma participação muito tímida em todo este processo.

Este é um processo que envolverá fundos comunitários de cerca de 65 milhões de euros, sendo que 35 serão em hardware e 30 e poucos em software — quer dizer primeiro para equipamento e depois para todo o resto.

É de facto uma pérola! Uma pequena pérola que cai no regaço da nossa região! E pensa-se vai aproveitar as sinergias da universidade, do poder autárquico, e também de alguns investidores que se associaram a todo este processo. Parabéns a todos.

Hoje não é dia de fazer recriminações, a única recriminação que se pode fazer à Câmara de Aveiro é da sua participação ser tão tímida?! Porque em todo este processo apenas cerca de cinco por cento serão feitos no concelho de Aveiro, tudo o resto será feito no concelho de Ílhavo.

Mas nós aqui, nesta assembleia, para além de termos algum bacoquismo de regionalismo e das diferenças de Aveiro e Ílhavo, temos de afirmar em primeiro lugar a nossa região.

Uma palavra especial para demonstrar que de facto os PDMs não são imutáveis! Este Parque vai ser feito numa zona onde há seis oito meses era RAN e REN. E portanto houve quem conseguisse com muita rapidez mexer os cordelinhos e fazer com que viesse a ser aprovado aquele local — isto contrariamente a outras câmaras que andam dez e doze anos para tentar mudar uma linha no PDM. Disse.”

Vogal Joana Cristina Santos (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [011](#)

“Boa noite a todos. Vou ser breve e para não repetir as palavras do meu camarada de partido, é conhecida a posição do Bloco em relação às sociedades por acções. Mas queria fazer sobretudo duas perguntas. A primeira tem a ver com o artigo que tem a ver com os estatutos do Parque da Ciência e Inovação, pode parecer um pormenor, mas queria perguntar o que significa quando artigo 31.º, em relação à divulgação de informação, coloca a reserva dizendo o seguinte: a sociedade não está obrigada a remeter informação aos seus accionistas nem tampouco disponibilizá-la no seu sitio na internet, caso algum dia o tenha, e sempre que a lei admita tal recusa. O que é que isto significa? É que a sociedade não tem obrigação de ceder informação?”

A segunda pergunta é que o senhor Vereador Pedro falou na previsão de constituição de duzentas cinquenta empresas e cinco mil postos de trabalho. Aquilo que gostaríamos de saber era saber se são postos de trabalho qualificado ou se serão de baixos salários, e em que áreas podem vir a serem constituídos esses postos de trabalho? E era tudo. Obrigado.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [012](#)

“Senhor Presidente, ilustres colegas. Penso que estamos aqui realmente perante uma aposta boa e condigna para a cidade de Aveiro. A universidade de Aveiro que tem a maioria nesta parceria, penso que é um bom líder junto da Câmara de Aveiro e Câmara de Ílhavo que cedem os seus terrenos em áreas que estavam ali desaproveitadas e que acho é uma boa forma de as desenvolver e de criar um grande esforço empresarial para toda aquela zona. Portanto acho que estamos totalmente de acordo pelas palavras que estou a ver nesta assembleia. Acho que sim, isto é um bom trabalho que esta assembleia está a desenvolver, é realmente aprovar uma situação de pleno direito para o desenvolvimento para o concelho e para a região de Aveiro.

Já que agora só um aparte em relação ao que foi dito. Não há nenhum mal-estar nos estatutos, a internet não é uma obrigação. A informação não é dada pela internet, mas é dada pelo jornal ou por outros meios. Hoje em dia nada é obrigatório na internet, tudo depende de como a instituição quer fazer a sua divulgação.

Portanto em relação à parceria vamos apoiá-la, vamos avançar com ela, já devia ter vindo era há dez anos atrás. Portanto acho muito bem. Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [013](#)

“Senhor Presidente, boa noite a todos. Como sabem caro deputados, este Parque da Ciência e da Inovação tem uma história de cerca de há dez quinze anos. A sua génese era nos Parques Industriais e Tecnológicos — muito do que foi a estratégia de Lisboa e que nos últimos anos foi ganhando a necessidade de países como Portugal conseguir incorporar algumas formas de diferenciação e competitividade na sua economia. E por isso, ser fundamental que as questões da ciência e da inovação estejam ligadas. E portanto, este é uma solução que tem réplicas por outros países da Europa o que o torna muito acarinhado pela Comissão Europeia, naturalmente. E de facto, é lago que pode ajudar a transformar e a melhorar e a reposicionar e a referenciar o todo o tecido económico que nós temos na região. E portanto, é um projecto que o Partido Socialista tem no seu programa de governo, naquilo que se chamava o Plano Tecnológico e que tem vindo a sofrer boas alterações e evoluções e foram chamados os municípios para estes projectos e bem, porque têm uma relação muito directa com aquilo que são as dinâmicas regionais. E portanto este é para nós um projecto muito consensual, importante, e onde devemos estar de corpo e alma. Portanto o Partido Socialista apoia, sempre apoiou, e continuará a apoiar.

Sobre a questão do acordo parassocial suscitou-nos uma dúvida e gostávamos que a Câmara nos pudesse esclarecer. Para perceber, porque razão optou a Câmara, havendo só dois municípios, para além da CIRA, porque é que a Câmara optou por não ter uma quota paritária, relativamente ao outro município? Tendo em conta que nós somos capital de distrito, tendo em conta que o parceiro líder deste projecto tem sede em Aveiro e saber porque é que a outra autarquia que faz parte tem cinco por cento e nós apenas dois e meio por cento?

Era importante também perceber (e esta é uma segunda parte que provavelmente nos fará debater no futuro várias vezes este projecto) é saber como é que a Câmara espera aproveitar este Parque e se o consegue integrar dentro das suas políticas municipais. Eu relembro aqui, tentando ser sintético, as palavras do Dr. Rosa Pires que disse numa apresentação que houve, dizendo assim: o contributo das câmaras é essencial para o sucesso do PCI. As câmaras devem incorporar algumas áreas de interesse do PCI nas suas estratégias de desenvolvimento, por exemplo, se Aveiro desenhar uma estratégia centrada em actividades económicas em actividades relacionadas com o Designer e as TIC. Pode entre outras coisas estimular a produção integrando produtos, pode planear eventos de referência, pode planear uma estratégia de comunicação, pode criar condições para que a cidade fixe os seus talentos.

Portanto, todas estas questões são questões que se calhar coincidentemente ou não também o Partido Socialista as tinha afirmado e colocado no seu programa de candidatura à Câmara de Aveiro. Nomeadamente as questões das TIC e as questões do Designer. E portanto é tentar perceber como é que a Câmara encara este Parque, do ponto de vista para o aproveitamento das suas políticas municipais? Portanto, saber se nós vamos ser um parceiro mais reactivo ou se nós vamos ser um contribuinte decisivo para a dinâmica que o parque pode ter. Porque de outra forma, nós esperamos que se criem cinco mil postos de trabalho e duzentas e cinquenta empresas (naturalmente não serão todas novas empresas, porque algumas serão as que se deslocarão para ali), mas de alguma forma isso só acontecerá se todos os municípios, nomeadamente aquele que tem maior força nesta região, conseguirem contribuir decisivamente com as suas políticas municipais. E é mais sobre isso, não tanto sobre o acordo parassocial, que o Partido Socialista tem sérias dúvidas (e que já fomos levantando no mandato passado) sobre a estratégia que esta Câmara tem nomeadamente nestas áreas. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [014](#)

“Em relação a esta proposta que nos é trazida aqui à Assembleia, cumpre-nos dizer que é mais uma oportunidade para a região. É mais do que nunca temos de saber aproveitar. É um projecto colectivo (por aquilo que nos é mostrado), tem vários parceiros, mas não há dúvida que este projecto pode implementar-se aqui na confluência destes dois municípios porque realmente a universidade de Aveiro está por trás e é determinante neste projecto.

De maneira que o Parque da Ciência e Inovação espero que tenha muito futuro. Mas terá se realmente estes diferentes interlocutores estiverem na realidade empenhados na prossecução de um desígnio que seja realmente trazer ciência, trazer inovação, e a partir disso melhorar a nossa economia.

Por isso a Universidade, mais do que as Câmaras Municipais, parece-me que há aqui uma responsabilidade assumida desde o princípio (e muito bem) pela universidade de Aveiro, que tem de se mobilizar internamente, mobilizando os professores, investigadores, os alunos, e utilizando também as empresas e mobilizando também a sociedade — e é aí que as Câmaras têm uma palavra a dizer e serem bem parceiros estratégicos.

Olhando para o desenho do Parque da Ciência e Inovação e olhando também para o próprio desenho da universidade de Aveiro podemos olhar e ver que toda esta zona passa a ficar com mais dois pólos podemos dizer assim (dentro do grande pólo que é o Campus Universitário).

Já havia dois campos, o Campus de Santiago e o Campus do Crasto, passa agora a haver outra ainda no Campus do Crasto e uma outra zona no município de Ílhavo. A parte de Aveiro é de

apenas cerca de cinco hectares de acordo a informação que nos é dada e a aparte de Ílhavo é de trinta hectares!

Aquilo que me parece é que estas diferentes partes estando tão próximas, também estão muito longe umas das outras. Porquê? Porque se prolongam por uma extensão relativamente grande. E são zonas que se ligam umas às outras através de circuitos pedonais ou cicláveis. Não existem circuitos que sirvam para carros. E essa é uma reflexão que temos de fazer aqui. Nós estamos numa assembleia municipal e é isso que temos de fazer, é a questão das acessibilidades ao Parque. Ou seja, a deslocação de pólo para pólo do próprio parque (compreendo que a zona seja sensível, que seja uma zona que foi retirada da RAN e da REN e com atravessamento de linhas de água e por isso são zonas sensíveis) parece-me demasiado reduzida entre estes pólos e o próprio Campus Universitário. A estrada que está prevista ser construída é uma estrada que dá uma volta que me parece demasiado grande, larga, e que me parece olhando para o mapa, vai dar à zona onde está implantado o Lidl (pendo eu) em Verdemilho!? Pela leitura que estou a fazer no mapa é nessa zona que a estrada irá dar. O que me parece uma volta demasiado larga e em termos de acessibilidades é questionável não termos um acesso rápido a toda esta zona do Parque da Ciência e Inovação. Penso que este projecto está a pedir uma outra acessibilidade. Penso que se conseguiu implantar esta estrutura neste local, penso que também deve olhar agora para a possibilidade de podermos construir a já tão falada estrada marginal Aveiro/Ílhavo. Que me parece que se bordejasse toda esta zona da universidade/rua da Pêga/ Parque da Ciência, poderia trazer mais-valias em termos de acessos a toda esta zona. E por isso esta é a questão que coloco para já em termos das acessibilidades a este Parque e rematando dizendo que é mais uma excelente oportunidade que Aveiro tem para se continuar a afirmar no plano regional, também nesta área de Ciência e Inovação. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰¹⁵

“Senhores deputados, respondendo à perspectiva de criação de emprego, esta é a perspectiva do MasterPlan que foi feito para o projecto, são duzentos e cinquenta empresas e cinco mil novos postos de trabalho, de emprego qualificado. Sendo que aqui a ideia e respondendo ao partido socialista, não serão deslocalizações. Todas as empresas parceiras neste projecto são já empresas com dimensão, não se irão deslocar para ali. Poderá haver uma ou outra de carácter tecnológico, eventualmente empresas muito pequeninas, porque o objectivo deste parque é ter empresas ao nível do Star Up para depois evoluírem dali para fora. Portanto nunca é do interesse elas ficarem ali, é sim elas deslocalizarem-se para fora ou para áreas de desenvolvimento industrial como agora são denominadas.

Outra pergunta foi por que é que a Universidade é predominante. Eu acho que é por demais evidente! Estamos a falar de um projecto de carácter profundamente científico, e se há entidade que tem a liderança neste aspecto é a Universidade. Não faria ser noutro sentido me parece.

Quanto à questão da divulgação. A informação colocada inicialmente prende-se com o carácter científico das coisas. Nós não podemos ter divulgação de material científico de qualquer maneira se não estávamos a perder a mais-valia que era criada naquela entidade.

Quanto à questão dos Parques é de facto algo que já vem sendo estudado na União Europeia e no nosso país alguns anos. Começámos pelas Zonas Industriais, depois vieram as Zonas Industriais de Nova Geração, temos agora as Áreas de Acolhimento Empresarial, temos os Parques de Ciência, temos os Parques de Ciência e de Inovação, enfim, é um projecto que tem vindo a ser trabalhado há muito tempo entre a Universidade e AIDA, com a colaboração dos municípios. Nós dentro da região temos vindo a estudar estes projectos e este Parque é muito semelhante a um parque existente em Tampere, na Finlândia, onde se estabeleceu a Nokia. E este é um bocadinho a imagem desse parque que também é contíguo à universidade.

A questão da quota não ser paritária com o município vizinho. Dizer que aqui o Parque sempre foi visto numa óptica regional — por isso é que entra a CIRA e não apenas os dois municípios onde irá ser construído. A diferença para nós termos participação directa e os outros municípios não, tem a ver com alguma mais-valia que como é óbvio este parque irá ter — e que nós iremos trazer aqui em tempo oportuno para a isenção de alguns impostos. E a nossa perspectiva é que os eventuais resultados que possa vir a ter possa amortizar as eventuais receitas de impostos a isentar.

Portanto isto é uma questão paritária — nós temos menos terreno e portanto iremos ter menos custos e menos receitas, o município vizinho tem mais terreno, irá ter mais custos ao nível de infra-estruturas. É apenas isso.

A definição que nós fizemos dos municípios era a de que em representação destes e da CIRA fosse sempre o Presidente da CIRA — que actualmente por acaso é o Presidente da Câmara de Ílhavo, mas que daqui a três anos será um outro presidente. Portanto o nosso entendimento é que este é um Parque claramente de âmbito regional e representará uma região.

Quanto à integração das políticas regionais, começar por uma parte mais concreta que é aquilo que está a ser feito no terreno e depois sobre uma parte da estratégia.

Quanto à integração das políticas municipais, nós acordámos com a Universidade de Aveiro a execução de uma nova incubadora que irá ficar neste momento no Estádio.

Não sabemos de futuro para onde irá, para já fica no Estádio. Isto é uma política concreta daquilo que estamos a fazer no terreno.

Quanto ao cluster do Ambiente e Energia, já falámos aqui algum tempo atrás, ele integra-se claramente naquilo que irá ser um dos pólos da Universidade e portanto é muito claro o nosso objectivo nessa área.

Quanto à questão da Moda. Nós temos realizado alguns desfiles para promoção dos nossos estilistas e portanto é uma área onde estamos a dar pequenos passos, mas que são seguros, para que isso avance.

Dar nota também de uns projectos que estão no terreno, não são coisas que estamos a pensar.

Estamos a falar dos programas UNIC e FIN-URB-ACT.

O programa UNIC é um programa fast track, assim chamado na União Europeia, em que se definem estratégias para sectores. Estamos a falar aqui do sector da Cerâmica, que é um sector importantíssimo na nossa região e em especial no nosso concelho. Portanto é um processo em que o nosso objectivo é capacitar o nosso mundo empresarial nesta área e conseguir produzir tecnologia na área da cerâmica que possa depois vir a ser utilizada.

O programa FIN-URB-ACT é um programa de apoio às pequenas e médias empresas ao nível do empreendedorismo, também da União Europeia, e no qual temos vindo a trabalhar com vários parceiros entre os quais a Universidade de Aveiro, a ACA, as Escolas, etc, na promoção do empreendedorismo. Portanto estamos aqui a falar de políticas concretas não estamos a falar de estratégias, estamos a falar de coisas que estão no terreno.

Para finalizar dizer-vos que uma estratégia nesta área e que tem vindo a ser produzida ao longo dos anos, desde o nosso último mandato, é a captação de investimentos para Aveiro nomeadamente de empresas industriais, mas não só. E isso reflecte-se também na baixa de impostos municipais tentando uma maior atractividade por parte das empresas para o nosso concelho. Temos vindo a conseguir algumas, mas como é óbvio é um processo lento. A captação de investimento não é uma coisa fácil, é uma coisa que se vai fazendo e se vai construindo e eu julgo que temos tido algum sucesso em relação a alguns investimentos que tem vindo para cá. E também uma estratégia que nós temos e que também já informámos a Universidade tem a ver com a interligação entre o novo Parque de Ciência e Inovação e as nossas áreas de acolhimento empresarial. Achamos que esse é um processo essencial não para o Parque da Ciência porque se ele não estiver ligado ao mundo empresarial ele não terá sucesso e nem as nossas empresas terão capacidade concorrencial se não tiverem a Inovação necessária para se afirmar. Este é um processo que estamos a trabalhar com universidade para

vermos se vamos obter sucesso, dependerá com certeza de novos modelos de gestão das zonas industriais e de novos modelos de interligação.

Por último a questão das localizações rodoviárias no Parque. É uma área sensível porque para além da RAN e da REN temos ali também Zona de Protecção Especial e portanto é por isso que não podemos ter mais acessibilidades rodoviárias. Mas também é uma opção da Universidade e nossa, que este seja um parque com um outro tipo de modelo de acessibilidades.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰¹⁶

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰¹⁷

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) ⁰¹⁸

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) ⁰¹⁹

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰²⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²¹

“Apenas para registar algumas incoerências, se calhar não percebi bem. Por um lado falou-nos que havia a necessidade de uma relação estrita entre este parque e as novas acessibilidades e da vontade dos interlocutores garantirem acessibilidades diferentes das tradicionais. Eu parece-me a mim, pelo menos na minha perspectiva, que a via panorâmica Aveiro/Ílhavo não serve para isto — e acho que devemos ter uma ligação completamente diferente à N109, com o prolongamento ali à rotunda do Bota-fogo e fazer ali uma ligação. Penso até que a Câmara já tem feito ali umas aquisições de terrenos naquela área, penso que será para isso. Não sei! Depois o senhor Vereador poderá explicar se é isso que a Câmara pensa ou não. Porque com cinco mil pessoas, com todos os visitantes que isso pode trazer, todas as pessoas que estão na universidade e no próprio Parque, etc., vão ter de ficar alojadas em algum sítio, terá de haver oferta hoteleira, etc. Vamos esperar daqui alguns anos com o sucesso do Parque que isso tenha realmente grande movimentação, e como dizia o meu camarada de bancada com o parque virado para Ílhavo e com as ligações todas feitas para Ílhavo, provavelmente ficaram em Ílhavo e se desenvolverá em Ílhavo. A mim não me chatearia rigorosamente nada, não fora a causa (até porque é um município simpático para nós) e não me chateio nada porque também o Porto instalado na Gafanha é o Porto de Aveiro e portanto este Parque da Ciência será sempre o Parque da Ciência de Aveiro. Isto é um projecto muito interessante — é bom que seja referido. O meu camarada Gonçalo já fez o histórico do porquê este projecto existe, da maneira como o Governo encara este tipo de projecto. Só para sublinhar, se pensarem em Oeiras e do que Oeiras se desenvolveu depois de ter o Tagus Park, é perceber a oportunidade que nós temos aqui (importante), e que devemos aproveitar e agarrar com as duas mãos.

E agarrar com as duas mãos é pensar estrategicamente como retirar dali o maior proveito. E no fundo é essa essencialmente a principal preocupação que o PS trouxe aqui e as principais questões que foram feitas foram todas neste sentido. É evidente que o projecto é de uma enorme mais-valia par ao município, para os aveirenses e para a região em concreto. Mas é preciso perceber se esta Câmara (e são essas as nossas dúvidas) está à altura de poder aproveitar ao máximo o que o Parque trará de bom para a cidade.”

Vogal Raul Martins (PS) ⁰²²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²³

Vogal Raul Martins (PS) ⁰²⁴

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²⁵

Presidente da Mesa ⁰²⁶

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰²⁷

“Só mais algumas notas. A questão da Via Panorâmica. Nós tínhamos o processo já muito adiantado, no entanto devido a este processo do Parque de Ciência o nosso objectivo é de facto fazermos a interligação com os dois projectos. Não faz sentido estarmos a fazer uma Via de interligação sem ter este processo a andar. Nós temos falado também com a Universidade para que de facto estas duas coisas se articulem.

Gostei da proposta (nós também já tínhamos discutido isso), nós precisamos de facto de um hotel junto da universidade para acolher muitos dos congressos que cada vez mais se vão fazendo na universidade. E queremos de facto que ele fique junto à universidade em Aveiro.

Ainda mais duas notas. Os quatro pólos não são apenas nestas três áreas. De facto há o Agro-Alimentar que é fora desta zona.

Quanto aos novos parques a instalar, temos oito milhões de euros na contratualização para novas zonas industriais. E acho que não fizemos pouco em termos de captação de investimento!”

De seguida, o Presidente da Mesa⁰²⁸ colocou à votação o Ponto Único - Participação do Município de Aveiro na Sociedade PCI, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e oito votos a favor (PSD18+CDS7+PS11+IND1+PCP1), e duas abstenções (BE2).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰²⁹

“O Bloco de esquerda absteve-se nesta matéria, apesar de estar de se congratular com a ideia do Parque da Ciência e da Inovação em Aveiro. Repito, a ideia. Que é sem dúvida uma mais-valia para a região, mas temos várias reservas relativamente à forma como o projecto vai avançar nomeadamente (e como partido de esquerda que é) à sua gestão por uma sociedade por quotas composta pela universidade várias empresas privadas. É que não há ali uma garantia que o dinheiro público ali investido tenha de facto um retorno público já que não foi respondido se o registo de patentes será feito no domínio público e não num regime de exclusividade comercial por um dos accionistas privado. Também não foram aqui explicados os direitos, deveres e competências destas empresas privadas na sociedade, não se percebendo muito bem se o objecto do projecto pode ou não vir a ser principalmente uma forma de reduzir os custos de operação das empresas.

Creemos que isto são pontos sensíveis. Porque achamos grave que uma parceria entre dinheiros públicos e privados, se permita o eventual prejuízo público com simultâneo lucro privado. Muito obrigado.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) ⁰³⁰

“Votámos a favor do Parque da Ciência e da inovação por considerarmos que é mais uma vez um pólo para o desenvolvimento da cidade de Aveiro e da Indústria de Aveiro, do qual dá à cidade o desenvolvimento de novas indústrias e de novas tecnologias. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰³¹

“Dizer que o Partido Social Democrata votou favoravelmente a proposta de adesão do município de Aveiro à sociedade do Parque da Ciência e da Inovação, porque achamos que é mais uma oportunidade para a afirmação da região de Aveiro, liderada pela Universidade. E reforço as palavras em que nos é dito que o carácter inovador do Parque da Ciência e Inovação é conferido pela Universidade de Aveiro, o que lhe dá uma existência única à escala

nacional e é uma aposta muito importante por ser formada por uma equipa em que a Universidade, o poder local, e as empresas da região estão envolvidas. Muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa⁰³², nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária de Julho.

Eram 22:00 horas do dia 14 de Julho de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(1:30)